



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



PARECER N. 32/2020

PROCESSO N. 20/2020

Interessada: Comissão Permanente de Licitações.

Assunto: Processo administrativo de dispensa de licitação para aquisição de combustível.

1. RELATÓRIO

Cuida-se de processo administrativo de dispensa de licitação encaminhado pela Comissão Permanente de Licitações (Portaria n. 1.731/2020), postulando pela análise do procedimento de dispensa de licitação para aquisição de combustível (gasolina comum) utilizado nos veículos desta Câmara Municipal de Várzea Paulista.

Após a requisição de **12 de fevereiro de 2020**, foram acostados aos autos documentos relacionados à pesquisa de mercado realizada pelo servidor Esnar Ribeiro de Menezes Júnior (fls. 03/65).

Neste contexto, a Comissão Permanente de Licitações, esclarecendo que 4 (quatro) pregões presenciais restaram fracassados (*a rigor, o último pregão fora deserto*), ofertou parecer, manifestando-se favoravelmente pela contratação direta.

A presente contratação direta, consoante se depreende da minuta contratual (fls. 70/72), deverá ser realizada pelo prazo de 20 (vinte) dias, correspondendo ao tempo necessário para a realização de novo pregão presencial.

É a síntese do necessário. Opino.

2. PARECER



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Cuida-se, em apertada síntese, de processo administrativo de dispensa de licitação, tendo por finalidade a aquisição de combustível (gasolina comum) utilizado nos veículos desta Câmara Municipal de Várzea Paulista.

A contratação direta realizada, na esteira da justificativa ofertada pela Comissão Permanente de Licitações, tem por fundamento a hipótese de dispensa de licitação prevista no inciso II, do artigo 24, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Com efeito, e a fim de novamente contextualizar a presente contratação direta, convém esclarecer que esta Câmara Municipal, vislumbrando a proximidade da data de vigência do Contrato n. 06/2019 (16/12/2019), celebrado com a empresa Auto Posto São José Ltda., realizou o Pregão Presencial n. 11/2019, em 29 de novembro de 2019. O certame, todavia, restou fracassado, uma vez que a única empresa interessada ofereceu proposta em desacordo com o edital.

Por essa razão, e imediatamente, fora aberto o processo administrativo relativamente ao Pregão Presencial n. 13/2019, cuja sessão pública fora realizada em 13 de dezembro de 2019. Novamente, no entanto, por apresentar proposta em desacordo com o edital, referido certame fora declarado fracassado.

Antes de se iniciar o recesso de final de ano, edital relativo ao (novo) Pregão Presencial n. 16/2019 fora devidamente publicado na imprensa oficial do município. Entretanto, realizada a sessão pública em 14 de janeiro de 2020, o certame restou declarado deserto, eis que, desta vez, nenhuma empresa interessada compareceu.

É certo que, considerando o término do contrato de fornecimento de combustível e, ainda, a necessidade de se adquirir tal produto para assegurar o regular funcionamento dos serviços das áreas administrativas e legislativa, fora realizada contratação direta pelo prazo de 30 (trinta) dias, tempo este necessário para a realização de um novo pregão presencial.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Em assim sendo, realizada a Sessão Pública relativamente ao Pregão Presencial n. 02/2020, em 11 de fevereiro de 2020, novamente se verificou a **deserção** do certame, porquanto nenhum interessado compareceu.

A Câmara Municipal, por esse motivo, atualmente, não possui qualquer contrato precedido de licitação para aquisição de combustível, de maneira que, ao que se sabe, toda a frota se encontra em vias de ser paralisada.

Neste cenário, e muito embora o inciso V, do artigo 24, da Lei n. 8.666/1993, possa ser suficiente, ao menos em tese, para justificar a contratação direta, entendo que, realmente, a dispensa de licitação com fundamento no inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8.666/1993, parece ser mais acertada e adequada ao caso concreto.

Isto porque, ainda que já se tenham realizados 4 (quatro) pregões presenciais na tentativa de se obter a proposta mais vantajosa para a aquisição do combustível, não se afigura prudente, a meu ver, afirmar que novo certame não possa ser repetido sem prejuízo para a administração.

Noutras palavras, tem-se por necessário e razoável que se instaure novo processo licitatório na tentativa de obter, finalmente, a proposta mais vantajosa. Até porque, cabe lembrar que, entre os exercícios de 2018 e 2019, situação semelhante fora enfrentada pela Câmara Municipal, sendo certo que, a despeito da realização de contratações diretas para se evitar a paralisação da frota e prejuízo aos serviços legislativo, sempre se insistiu na abertura de sucessivos certames, até que, finalmente, a proposta mais vantajosa fora obtida.

Daí porque, considerando que a vigência da presente contratação direta será de apenas 20 (vinte) dias, entendo que, neste período, deverá a Câmara Municipal adotar as providências para realizar novo processo licitatório, porquanto a repetição não acarretará prejuízo à administração pública. Pelo contrário, apenas prestigiará os princípios da isonomia, moralidade, interesse público e ampla concorrência entre aqueles que desejam contratar com a administração.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Some-se a tudo isso o fato de que, neste exercício de 2020, fora adquirido combustível por meio de dispensa de licitação no montante total de **R\$ 1.698,00** (hum mil e seiscentos e noventa e oito reais), de maneira que o limite previsto no inciso II, do artigo 24, da Lei n. 8.666/1993, encontra-se, evidentemente, bastante distante.

Aliás, o simples fato de se limitar a vigência da contratação direta a 20 (vinte) dias e, ainda, neste período, realizar novo processo licitatório, **afasta**, a meu ver, qualquer indício de que se esteja efetivando compras parceladas para se fugir da regra da licitação.

Reitere-se que, à luz das sucessivas dificuldades que esta Câmara Municipal vem enfrentando para atrair interessados em participar de procedimento licitatório para o fornecimento de combustível¹, **todos** os atos administrativos praticados (processos de dispensa para contratação direta, repetição de pregões presenciais etc.) estão sendo pautados pelo interesse público e busca pela proposta mais vantajosa.

Feitas estas importantes considerações acerca do contexto da presente contratação direta, passo a analisar a observância das formalidades legais para a dispensa da fase externa do processo licitatório.

Em assim sendo, à luz das disposições contidas na Lei Geral de Licitações, e, ainda, a fim de afastar eventual ilegalidade na contratação, oportuno verificar, inicialmente, a presença dos requisitos formais imprescindíveis arrolados pela doutrina e jurisprudência, especialmente daqueles constantes no Manual de Licitações e Contratações do egrégio Tribunal de Contas da União², a saber:

- “1. Solicitação do material ou serviço, com descrição clara do objeto;*
- 2. Justificativa da necessidade do objeto;*
- 3. Elaboração da especificação do objeto e, nas hipóteses de aquisição de material, das unidades e quantidades a serem adquiridas;*

¹ Cabe repisar que tais dificuldades surgiram a partir das constantes variações dos preços dos combustíveis verificadas nos últimos meses.

² < <https://portal.tcu.gov.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A8182A24D6E86A4014D72AC81CA540A&inline=1> > Acesso em 25.07.2018.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



4. *Elaboração de projetos básico e executivo para obras e serviços, no que couber;*
5. *Indicação dos recursos para a cobertura da despesa;*
6. *Pesquisa de preços em, pelo menos, três fornecedores do ramo do objeto licitado;*
 - *deverão as unidades gestoras integrantes do Sistema de Serviços Gerais do Governo Federal adotar preferencialmente o sistema de cotação eletrônica;*
 - *caso não seja possível a obtenção de três propostas de preço, formular nos autos a devida justificativa;*
7. *Juntada aos autos do original das propostas;*
8. *Elaboração de mapa comparativo dos preços, quando for o caso;*
9. *Solicitação de amostra ou protótipo do produto de menor preço, se necessário;*
10. *Julgamento das propostas;*
11. *Juntada aos autos dos originais ou cópias autenticadas ou conferidas com o original dos documentos de habilitação exigidos do proponente ofertante do menor preço;*
 - *certificado de registro cadastral pode substituir os documentos de habilitação quanto às informações disponibilizadas em sistema informatizado, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 8.666/1993;*
 - *nesse caso, deverá ser juntada aos autos cópia do certificado, com as informações respectivas;*
12. *Autorização do ordenador de despesa;*
13. *Emissão da nota de empenho;*
14. *Assinatura do contrato ou retirada da carta-contrato, nota de empenho, autorização de compra ou ordem de execução do serviço, quando for o caso.”*



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



Neste contexto, por **primeiro**, observa-se que o procedimento administrativo fora instaurado a partir de requisição da Diretoria Administrativa (fl. 02), com a descrição do produto (gasolina comum).

Por **segundo**, sob o aspecto formal, a contratação resta justificada, uma vez que a aquisição do combustível se destina a evitar a paralisação dos veículos da frota em serviços oficiais e administrativos deste Legislativo (fl. 02). Daí porque, sem adentrar no mérito da despesa, têm-se por atendido o item 2.

Ademais, e por **terceiro**, vê-se que a própria requisição contemplou a especificação do produto adquirido, atendendo-se também o item 3.

Outrossim, e por **quarto**, a indicação dos recursos para a cobertura da despesa fora informada pela Diretoria Financeira, revelando que *“a verba para aquisição do objeto se encontra na dotação para o Orçamento de 2020, sob a rubrica 3.3.90.30.01.00.00 COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES AUTOMOTIVOS”* (fl. 69). Atendido, também, o item 5.

Por **quinto**, há nos autos pesquisa de preços (fls. 03/65) realizada por servidor efetivo desta Câmara Municipal, sr. Esnar Ribeiro de Menezes Júnior, sendo certo que, a par disso, há informação de que os preços ainda foram objeto de negociação, de modo a cumprir os princípios da economicidade e obtenção da proposta mais vantajosa.

Neste ponto, e muito embora alguns precedentes do E. TCE/SP contenham orientações para se evitar pesquisas por telefone, entendo que, **excepcionalmente neste caso**, os princípios da proporcionalidade, razoabilidade, da economicidade e do interesse público recomendavam, de fato, que a pesquisa de mercado fosse realizada da forma como documentada nos autos (fls. 03/65).

É que, como sabido (fato notório), recentemente, os preços dos combustíveis vêm sofrendo variações diárias, de maneira que, levando-se em consideração que a pesquisa de preços realizada pela ANP é divulgada apenas semanalmente, parece evidente que as



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



informações (dos preços) estão sempre defasadas, eis que, com a dinâmica dos preços, não refletem a realidade.

A par disso, necessário levar em consideração que este município de Várzea Paulista possui, num raio de 5km, exatos 11 (onze) postos de combustíveis, motivo pelo qual, a meu ver, não se mostra razoável e proporcional dispendir recursos públicos para se realizar cotações que, por telefone, alcançam – *como alcançaram* – o mesmo resultado em comparação à pesquisa pessoal.

Importante reiterar que pesquisas de preços realizadas desta forma são excepcionalíssimas nesta Câmara Municipal; sendo certo que, considerando as peculiaridades do caso, não observo irregularidade. Atendidos, assim, os itens 6 e 7.

Neste aspecto, e por **sexto**, ressalte-se ter sido elaborado mapa comparativo dos preços (fls. 66/67), com detalhes dos preços obtidos por ocasião da pesquisa de mercado; de modo a se observar o item 8.

O devido julgamento das propostas, por **sétimo**, fora realizado pela Comissão Permanente de Licitações, que, elegendo o critério menor preço, concluiu ser a proposta da empresa *Autor Posto São José Ltda.* aquela mais vantajosa. Atendido, pois, o item 10.

Por **oitavo**, juntamente com a proposta da fornecedora com menor valor, vê-se que a própria Comissão Permanente de Licitações diligenciou para verificar os documentos da habilitação da empresa vencedora (fls. 56/63).

Anote-se que tais documentos se mostram imprescindíveis para a preservação do princípio da isonomia nas contratações públicas, porquanto não se justificaria a contratação de fornecedora inadimplente, por exemplo, com suas obrigações tributárias em detrimento daquela que, diligentemente, cumpre com seus deveres. Assim, atendido está o item 11.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



De outra banda, a homologação e adjudicação, com a autorização para a contratação e nota de empenho deverão ser providenciadas em momento oportuno (itens 12 e 13).

De mais a mais, e a despeito de ter se observado as providências anteriormente arroladas, força concluir, finalmente, que o caso em testilha se amolda tanto no inciso II quanto no inciso V, do artigo 24, da citada Lei n. 8.666/1993, que estabelecem ser dispensável a licitação, respectivamente, *“para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior”* e *“quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas”*.

Outrossim, a minuta do contrato (fls. 70/72) também contém as cláusulas consideradas básicas e essenciais dispostas no artigo 55, da Lei n. 8.666/1993, sobretudo: (i) descrição do objeto (cláusula segunda); (ii) forma de fornecimento do produto (cláusula terceira); (iii) preço e condições de pagamento (cláusula quarta); (iv) prazo de entrega do produto (cláusula terceira); (v) crédito pelo qual correrão as despesas (cláusula quinta); (vi) direitos e obrigações de ambas as partes (cláusulas sétima e oitava); (vii) sanções passíveis de serem aplicadas (cláusula décima); (viii) hipótese de rescisão (cláusula décima); (ix) vinculação ao processo administrativo de dispensa de licitação (cláusula primeira); (x) legislação aplicável (cláusula primeira); e (xi) eleição de foro para dirimir quaisquer controvérsias (cláusula décima primeira).

Desse modo, e salvo melhor juízo, entendo como regular e lícita a justificativa e o procedimento para a dispensa do procedimento licitatório, levando-se em consideração, para tanto, o disposto no artigo 24, inciso II, da Lei n. 8.666/1993.



Câmara Municipal de Várzea Paulista Estado de São Paulo



3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, pelas razões anteriormente expostas e por tudo mais que dos autos constam, nos exatos termos do artigo 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/1993, entendo inexistir vício no procedimento de dispensa da licitação.

É o parecer.

Várzea Paulista, 17 de fevereiro de 2020.

V Rafael Ribeiro Silva

Procurador Jurídico